

NOTA INTRODUTÓRIA AO TEXTO: AMBIENTALISMO E CONFLITO SOCIAL NA AMAZÔNIA BRASILEIRA

INTRODUCTION TO THE ARTICLE: ENVIRONMENTALISM AND SOCIAL CONFLICT IN THE BRAZILIAN AMAZON

José Ricardo Ramalho*

A Amazônia ocupa lugar de destaque na trajetória intelectual da antropóloga Neide Esterci. Em seus diversos estudos e pesquisas, fica claro o compromisso com uma investigação voltada à compreensão do avanço do capitalismo na região e de suas consequências sobre a vida dos trabalhadores (peões e posseiros); sobre a persistência de formas extremas de exploração (trabalho escravo); e, posteriormente, sobre os projetos ambientais e seus impactos sobre populações ribeirinhas e povos originários.

O texto inédito apresentado a seguir, escrito em 2007 e fortemente apoiado em pesquisa empírica e trabalho de campo, dá continuidade a essa trajetória ao aprofundar a discussão sobre o ambientalismo na Amazônia. Por meio de um estudo de

caso, Neide Esterci examina as relações entre ambientalistas, pesquisadores e órgãos governamentais, de um lado, e diferentes segmentos das populações locais, de outro. Destaca, nesse processo, a emergência de uma perspectiva socioambiental que procura conciliar a conservação da biodiversidade com a permanência das populações humanas nas áreas protegidas, reconhecendo e valorizando seus conhecimentos e práticas. Mostra, contudo, que essa aproximação não elimina os conflitos, uma vez que os grupos envolvidos possuem interesses, recursos de poder e concepções distintas acerca do território, dos recursos naturais e de suas formas de utilização.

A partir da noção de “ambientalização dos conflitos sociais”, Neide Esterci mos-

* Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro, RJ, Brasil. E-mail: joserickardoramalho@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4855-6687>.

tra como disputas anteriores em torno do acesso a territórios e recursos naturais passam a ser redefinidas pela incorporação de novos valores, normas jurídicas e critérios ecológicos. Esse processo produz alianças, mas também novas clivagens entre os próprios segmentos populares. Enquanto alguns grupos identificam vantagens no pacto ambiental e passam a se reconhecer ou ser reconhecidos como “populações tradicionais”, outros percebem nas novas regras uma ameaça às suas condições de existência e às formas de acesso aos recursos das quais dependem.

Ao final, fica demonstrado que a institucionalização do ambientalismo não se limita à introdução de novas regras destinadas à conservação da natureza, antes, reorganiza relações sociais e políticas preexistentes, redefine direitos de acesso ao território e aos recursos naturais e produz novas identidades, autoridades e alianças, fortalecendo determinados segmentos ao mesmo tempo que impõe restrições e perdas a outros. A ambientalização dos conflitos sociais aparece, assim, não como simples imposição de normas ecológicas, mas como um processo político dinâmico e contraditório, no qual se redefinem direitos, identidades, alianças e relações de poder em torno do território e dos recursos naturais na Amazônia.